

Discurso do Conselheiro Severino Otávio saudando os novos agraciados com a medalha do mérito Nilo Coelho (25 de outubro de 2001)

Senhor Presidente Adalberto Farias

Senhores conselheiros

Meus caros colegas de trabalho

Minhas senhoras e meus senhores

Registram os anais do Senado da República que um sertanejo de Petrolina, então investido na sua presidência pela vontade soberana dos seus pares, negou-se numa determinada votação a confundir os interesses do Congresso com os interesses do governo de então.

Numa das suas sessões deliberativas, ele proclamou alto e bom som, desafiando os que o ameaçavam: “Eu não sou presidente do Congresso do PDS, sou presidente do Congresso do Brasil”.

Estávamos numa época de transição. O país saía do autoritarismo e caminhava celeremente em direção à democracia. O partido Democrático Social, ao qual ele se encontrava filiado, dava sustentação ao governo da época, mas nem por isso ele se dobrou.

Aquele sertanejo a que me referi, que serviu a Pernambuco como deputado, governador e senador, é o saudoso Nilo Coelho, fundador deste Tribunal de Contas e patrono da medalha que leva o seu nome.

Morto prematuramente quando ocupava a presidência do Senado, deixou marcada nos anais da sua história uma página gloriosa de civismo, de amor à sua terra, do respeito aos adversários e, sobretudo, de probidade administrativa.

Se ele por acaso aqui estivesse, certamente nos aplaudiria pela escolha das sete personalidades que o Tribunal de Contas, nesta tarde, resolveu homenagear com a medalha do mérito que leva o seu nome.

Cada qual no seu mister, as sete personalidades que selecionamos têm relevantes serviços prestados a esta instituição, a Pernambuco e ao país.

Começarei pelas “pratas da casa”, que são a auditora das contas públicas Heloísa Nunes de Oliveira e o auditor substituto Carlos Maurício Figueiredo.

Não poderia ter sido mais feliz o conselheiro decano desta Casa, Ruy Lins de Albuquerque, ao indicar o nome de uma de nossas mais dedicadas servidoras, Heloísa Nunes de Oliveira, para ser condecorada nesta sessão com a Medalha do Mérito Nilo Coelho.

Sertaneja de Carnaíba, bacharela em Letras e em

Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, ela ingressou nesta Casa há 24 anos, exercendo atualmente o cargo de auditora das contas públicas.

Profissional culta e dedicada, conquistou o respeito e a admiração dos seus colegas porque faz da tolerância uma religião e do respeito à coisa pública um culto.

Deixou exemplos de bondade e cavalheirismo nos diversos cargos que já ocupou na estrutura interna deste Tribunal, entre os quais o Departamento Geral do Plenário.

Atualmente, é chefe da Divisão de Jurisprudência da Segunda Câmara.

Carlos Maurício Cabral Figueiredo, apesar de sua pouca idade, já tem uma história que se confunde com a história do Tribunal de Contas.

Profissional vitorioso e dono de uma inteligência fulgurante, conquistou o respeito e a admiração dos seus colegas de trabalho pela dedicação absoluta aos seus afazeres na Auditoria.

Ao indicá-lo para receber esta comenda, o presidente Adalberto Farias quis, certamente, homenagear com o seu gesto todos os servidores deste Tribunal, que têm contribuído com o seu trabalho para nos desincumbirmos, satisfatoriamente, das nossas atribuições constitucionais.

Bacharel em Administração e pós-graduado em Direito Administrativo e Constitucional, com especialização em gestão pública e controle externo, Carlos Maurício Figueiredo é daquele tipo de servidor que toda repartição pública gostaria de ter.

Simple, humilde, responsável, tem projetado nacionalmente o nosso Tribunal de Contas nas dezenas de congressos e seminários de que participa para debater a essência e a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele tem sabido divulgar com invulgar zelo e capacidade de explanação experiências bem-sucedidas da Corte de Contas de Pernambuco, como a criação da Ouvidoria, pioneira no Brasil, o “mutirão” de processo e a “Operação Eleições”. Esta última foi tão pedagogicamente assimilada pela consciência jurídica do país que já começa a servir de exemplo a Tribunais de Contas de outros Estados.

Feitas essas duas apresentações, senhor presidente e senhores conselheiros, passarei a discorrer agora

sobre os três magistrados distinguidos para receber a comenda Nilo Coelho: os desembargadores Antônio Camarotti, Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes e José Antônio de Amorim.

Disse certa vez Tancredo Neves, ao fazer o obituário na tribuna da Câmara Federal de um ilustre político de Minas Gerais, que:

“A tarefa mais importante do homem público é a sustentação da mística da legalidade constitucional, sem a qual as nações se desconceituam, o poder se torna ilegítimo, as autoridades se abastardam na prepotência e na insegurança, promovendo o desfibramento moral dos cidadãos”.

Esta conceituação, no meu modo de ver, se adequa muito bem ao insigne desembargador Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, um dos magistrados mais íntegros e cultos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e tão justamente lembrado para receber esta comenda pelo conselheiro Romeu da Fonte.

Pernambucano do Recife, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela vetusta Faculdade de Direito do Recife, iniciou a sua longa vida pública como oficial de gabinete da prefeitura de Paulista.

Foi escrevente do Cartório do Registro Civil de Abreu e Lima, modesto funcionário da Secretaria de Administração de Pernambuco, diretor do Ginásio José Firmino da Veiga, em Paulista, e professor de História e Moral e Civismo do Ginásio Municipal de Itamaracá.

Como juiz de Direito, passou pelas Comarcas de Itaíba, São Bento do Una, Condado, Floresta, Itamaracá, Tacaratu, Itambé, Cabo, Olinda e Paulista, deixando em todas elas exemplos de retidão, caráter e respeito supremo aos ideais de Justiça. Em 1993, foi promovido por merecimento para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, onde exerce com proficiência e dedicação a sublime missão de julgador. Na condição de desembargador, ora ocupa o honroso cargo de presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), estando portanto em suas mãos a nobre e difícil tarefa de presidir as eleições do próximo ano, em que os pernambucanos serão convocados para eleger o novo presidente da República, dois senadores, o governador do Estado, 25 deputados federais e 49 deputados estaduais.

Do jovem desembargador Bartolomeu Moraes, ora recebendo esta comenda por elogiável iniciativa do conselheiro Fernando Correia, poderia dizer sem risco de me equivocar que se trata de um magistrado íntegro. Natural de Ingazeira, no alto do Pajeú, ele escreveu com a sua ascensão profissional uma espécie de

capítulo à parte da história do Sertão.

Filho do legendário José Moraes, que participou ativamente da vida política de Tabira, à qual no passado Ingazeira pertenceu, foi educado durante a infância sob os rígidos padrões da moral sertaneja.

Sempre estudando em escolas públicas, chegou ao Recife no começo da década de 70 carregando na cabeça e na bagagem aquela enorme vontade de vencer na vida, e querendo contribuir com o seu exemplo para que outros meninos pobres de Tabira enfrentassem também os desafios da cidade grande em busca de realização profissional.

Até ser aprovado em concurso público para Juiz de Direito, em 1982, o nosso homenageado desta tarde enfrentou muitas adversidades. Auxiliar de escritório, vendedor interno da Lutz Ferrando, auxiliar administrativo do Detran, empregado da Xerox do Brasil, etc.

A atividade judicante, todavia, era o grande sonho de sua vida, que ele soube concretizar com perseverança e zelo.

Passou pelas Comarcas de Exu, Palmeirina, Lagoa dos Gatos, Olinda, Garanhuns e Petrolina, tendo sido ainda juiz eleitoral em Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Igarassu, Palmares e Recife.

A sua humildade, o seu equilíbrio e o seu extraordinário senso de justiça levaram-no a funções mais dignificantes na magistratura pernambucana, tais como a titularidade da 1ª Vara da Infância e Juventude do Recife, diretor do Foro da capital e, finalmente, antes de ser promovido a desembargador, em janeiro deste ano, ao cargo de juiz fiscal da propaganda e das pesquisas eleitorais, no 1º e 2º turnos do pleito passado.

Do desembargador José Antônio de Amorim falarei um pouco com o coração, pois é meu conterrâneo de Bezerros e foi também por minha iniciativa que ele está recebendo hoje esta medalha.

Como todo menino pobre da nossa geração, o seu sonho inicial era abraçar a vida religiosa, onde pelo menos havia condições para estudar.

Após o exame de admissão no Colégio Marista, do Recife, ele fez o curso de Humanidades e Filosofia no Seminário de Olinda, cursando posteriormente Teologia no Seminário Regional de Fortaleza, por onde passara alguns anos antes o saudoso e inesquecível D. Hélder Câmara.

Bacharelando-se em Direito pela Faculdade do Recife, só então iria descobrir que a magistratura era a sua vocação. Perdeu a Igreja um ex-futuro padre mas ganhou a Justiça um excelente servo.

Aprovado em concurso público em 1962, trabalhou nas Comarcas de Inajá, Alagoinha, Camocim de São Félix, Barreiros, Panelas, São Caetano e, finalmente, Bezerros, nossa terra natal, após o que foi remanejado para a capital.

Em 3 de dezembro de 93 foi promovido por merecimento para o Tribunal de Justiça, de onde se aposentou, compulsoriamente, em 20 de dezembro do ano 2000. Não é preciso lembrar aqui a contribuição dada por ele à magistratura pernambucana, porque os seus exemplos de correção e de caráter permanecem vivos em todos os locais em que trabalhou.

Sérgio Hígino Dias dos Santos Filho, Pernambuco inteiro conhece este nome, que honrou e ilustrou com a sua cultura e rigorosa proibidade os vários cargos públicos que exerceu.

Seria fastidioso enumerar aqui a sua grande contribuição à vida política, jurídica e administrativa de Pernambuco, fato que levou o conselheiro Carlos Porto a lembrar o seu nome ao Tribunal de Contas para receber hoje esta comenda.

Advogado militante e professor de Direito, foi procurador-geral das Execuções Fiscais de Pernambuco antes de ser convocado pelo então governador José Francisco de Moura Cavalcanti, de saudosa memória, para a Secretaria de Justiça.

Foi secretário de Segurança Pública de Pernambuco no governo do Dr. Marco Antônio de Oliveira Maciel, presidente da Celpe e novamente secretário de Segurança Pública no governo do Dr. Roberto Magalhães e Procurador-Geral do Estado no governo do Dr. Joaquim Francisco.

Pelos muitos cargos que ocupou, espalhou exemplos de dedicação à coisa pública, zelo profissional e cavalheirismo, razão por que é mais do que justa a homenagem ora recebida.

Finalmente, senhor presidente e senhores conselheiros, falo agora neste momento de Cid Feijó Sampaio, um dos pernambucanos mais ilustres que já tivemos oportunidade de homenagear.

Feliz foi a lembrança do conselheiro Roldão Joaquim dos Santos ao submeter à apreciação do nosso conselho o nome do líder empresarial e do político visionário Cid Sampaio para receber a comenda Nilo Coelho.

Chefe da histórica campanha política de 1958, que realizou em Pernambuco uma revolução pelo voto, Dr.

Cid Feijó Sampaio dispensa qualquer apresentação.

Pernambucano do Recife, químico industrial e engenheiro civil, presidiu o Sindicato da Indústria do Açúcar, a Federação das Indústrias e o Centro das Indústrias antes de ser conduzido pelo voto ao Palácio do Campos das Princesas.

Deixou o Governo do Estado há quase 40 anos, porém suas obras ainda são lembradas por várias gerações de pernambucanos, notadamente a indústria Coperbo, no município do Cabo, que ainda hoje é motivo de orgulho para todos nós.

Conduziu os negócios do Estado com espírito público e visão desenvolvimentista, tendo sido o seu governo tão promissor que há até quem considere – entre os estudiosos dos centros acadêmicos – que a história política de Pernambuco se divide em duas: antes e depois de Cid Sampaio.

Com a sua ascensão ao Palácio das Princesas, uma nova geração de políticos emergiu à pública, uma outra mentalidade de governo se impôs, caracterizada pelo trabalho e pela exploração racional e inteligente das nossas potencialidades econômicas.

Concluído o seu mandato, passou pela Câmara Federal e o Senado, embora por muito tempo, deixando também lições de bravura e procurando persuadir aquelas duas Casas de Congresso para encetarem uma luta sem trégua em defesa desta região.

Hoje, aos 91 anos bem vividos, é uma das reservas morais do nosso Estado. Exerce atualmente a presidência de várias empresas e do conselho fiscal da Sociedade Pernambucana de Combate ao câncer.

Está, pois, aí, senhor presidente e senhores conselheiros, minhas senhoras e meus senhores, um breve perfil dos nossos homenageados. Peço desculpas se me alonguei e se fui omissos em algum item relevante de suas trajetórias profissionais. Como disse o grande Abraham Lincoln, “Quando faço o bem, sinto-me bem. Quando faço mal, sinto-me mal. Esta é a minha religião”.

O Tribunal de Contas de Pernambuco sente-se honrado neste instante porque está convicto de que fez o bem, condecorando sete personalidades que contribuíram de uma forma ou de outra para o engrandecimento de Pernambuco.

Muito obrigado